

A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM TEMPOS DE CRISE DE PARADIGMAS

CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE O ESTUDO DE POLÍTICA EXTERNA

Lara Denise Góes da Costa e Erica Simone Almeida Resende

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, a área de Relações Internacionais (RI) se viu em uma espécie de encruzilhada. Se, por um lado, as teorias dominantes convergiram nas explicações de fenômenos da realidade internacional na chamada «síntese neo-neo», por outro, o fim inesperado da Guerra Fria levou ao reconhecimento de que era necessário repensar essas mesmas teorias. Mais especificamente, era necessário repensar as premissas da própria área. Entendemos que a área de RI vive tempos de crise, mais especificamente, uma crise dos paradigmas que tradicionalmente pautaram a produção de conhecimento na área desde a criação da primeira cátedra de RI em 1919. No entanto, os tempos de crise trazem as sementes da possibilidade de sua superação. Assim como os tempos de crise do período Entreguerras permitiu o nascimento da área, a crise atual nos convida a ousar, a criar, a refletir sobre conceitos e modelos, a desafiar convenções e a propor alternativas para o conhecimento da realidade.

O presente artigo pretende contribuir para o debate sobre formas alternativas de conhecer a política externa em tempos de crise de paradigmas na área de RI. Na primeira parte, apresentaremos uma breve revisão das principais críticas feitas às teorias dominantes nas RI. Em seguida, após uma visão geral sobre como essas teorias concebiam

RESUMO

Com base no diagnóstico de que a área de Relações Internacionais (RI) atravessa tempos de crise, o objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre formas alternativas para se compreender a política externa. Nas últimas duas décadas, a área de RI se viu em uma espécie de encruzilhada. Se, por um lado, as teorias dominantes convergiram nas explicações de fenômenos da realidade internacional na chamada «síntese neo-neo», por outro, o fim inesperado da Guerra Fria levou ao reconhecimento de que era necessário repensar essas mesmas teorias. Mais especificamente, era necessário repensar as premissas da própria área e, se as premissas teóricas da área se mostravam em crise, esta se estende aos limites das políticas externas dos estados e na forma como cada Estado pode pensar novas abordagens políticas. Assim como os tempos de crise do período Entreguerras permitiram o nascimento da área, a crise atual nos convida a ousar, a criar, a refletir sobre conceitos e modelos, a desafiar convenções e a propor alternativas para o conhecimento da realidade. O presente artigo pretende contribuir para o debate sobre formas alternativas de conhecer a política externa em tempos de crise. Na primeira parte se analisará as críti-



cas desconstrutivas atuais das teorias dominantes das RI, e, na segunda parte, aplicaremos algumas daquelas teorias à análise de política externa.

Palavras-chave: Relações Internacionais, pós-modernidade, teorias das Relações Internacionais, análise de política externa.

ABSTRACT

THE DISCIPLINE OF INTERNATIONAL RELATIONS IN TIMES OF PARADIGM CRISIS: CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE ON THE STUDY OF FOREIGN POLICY

In the last two decades, the discipline of International Relations (IR) has been at crossroads. If, on one hand, dominant theories have converged into explaining world politics within the so-called “neo-neo synthesis”, on the other hand, the unexpected end of the Cold War has brought about the acknowledgement that those theories needed to be reconsidered. More specifically, the premises of the discipline needed urgent rethinking as they were at a crisis, but if it is true, this crisis is extended to foreign policy and the way the states think about their selves as policy makers. Just like the crisis between the Great Wars have made possible the birth of the discipline, the current crisis invites us to dare, to create, to reflect upon concepts and models, to challenge conventions and to propose alternative ways to understand realities. The purpose of this paper is to contribute to conceive alternatives to foreign policy analysis in times of crisis. In the first part we will analyze the current deconstructive critiques of the dominant theories of the IR and in the second part, we will apply some of those perspectives to the analysis of foreign policy.

Keywords: International Relations, post-modernity, International Relations theories, foreign policy analysis.

a análise de política externa durante a Guerra Fria, veremos como as críticas que surgiram a partir da década de 1990 contribuíram para ampliar e aprofundar o debate sobre política externa após o fim da Guerra Fria. Nosso objetivo é contribuir para o debate sobre formas alternativas para se compreender a política externa para além de sua visão tradicional de «soma das relações externas conduzidas por um ator independente, normalmente, porém não limitado ao Estado, nas relações internacionais»¹.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM TEMPOS DE CRISE DE PARADIGMAS

A apresentação convencional da origem e consolidação da área de RI² localiza, no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), seu nascimento como área autônoma de conhecimento. Sob o trauma da destruição e da desilusão provocadas pela guerra, e tendo como objetivo produzir conhecimento de forma a evitar um novo conflito armado, é criada a primeira cátedra em RI na University of Wales, Aberystwyth³, no ano de 1919. É cabível, portanto, afirmar que a área que hoje conhecemos nasce em tempos de crise.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a área cruza o Atlântico em direção aos Estados Unidos, onde diversos *émigrés* encontram um ambiente acadêmico norte-americano favorável à consolidação da área⁴. Conforme caracterização de Gonçalves⁵, a área de RI, como a conhecemos hoje, somente «se tornou visível depois da Segunda Guerra Mundial», sobretudo devido à grande arrancada que os estudos de RI experimentaram em solo americano.

Influenciados por conceitos legados dos historiadores da chamada *Machtsschule* alemã, pensadores como o alemão Hans Morgenthau defendiam que a área fosse construída com base em fatos e não em utopias e em especulações filosóficas, como havia sido a característica do projeto britânico. O entendimento dos *émigrés* sobre a natureza das relações internacionais era guiado, sobretudo, pelos conceitos de soberania, de anarquia, de poder e de interesse nacional, e pela caracterização do Estado nacional como ator racional e privilegiado, e da guerra como regularidade nas relações internacionais⁶.

Com o surgimento da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética a partir de 1947, a sombra da aniquilação nuclear recíproca somente viria a confirmar as premissas que ancoravam a área de RI. De fato, se houve uma característica que permeou a expansão e a consolidação das RI como novo ramo de conhecimento foi o fato de ela ter ocorrido com a lógica da Guerra Fria como principal referencial. Em 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o polo oriental do conflito vigente até então. A Guerra Fria chega a seu fim e, com ela, caem literalmente as fronteiras ideológicas e geopolíticas desenhadas em Yalta e Potsdam, as quais estiveram até esse momento firmes por quase cinco décadas.

ALÉM DAS IMPLICAÇÕES DO FIM DA GUERRA FRIA, O FATOR QUE IMPULSIONARIA A AUTOCRÁTICA NA ÁREA DE RI SERIA O QUE SE CONVENCIONOU CHAMAR DE CRISE DA MODERNIDADE.

Com efeito, houve uma dificuldade dos teóricos da época em explicar não só o fim da Guerra Fria⁷, como também as novas circunstâncias da política internacional⁸: o fim inesperado e imprevisível do conflito, o momento unipolar, os movimentos sociais, as novas questões de identidade, de gênero e de religião, a crescente relevância dos atores não estatais, os movimentos contra-hegemônicos, entre outros elementos. A realidade bipolar da política internacional foi abruptamente substituída por algo indefinido e que, de forma alguma, correspondia à situação anterior de pós-1945. Para Knutsen, o antigo e conhecido mundo da Guerra Fria chega a seu fim na década de 1990 de forma inesperada, e os conceitos tradicionalmente empregados para a análise da realidade perdem seu sentido⁹.

A «elegante simplicidade»¹⁰ da Guerra Fria, que durante décadas norteou a produção de conhecimento na área, entra em colapso. Assim, de forma inesperada e abrupta, a área de RI perde seu senso de direção, sua principal «bússola teórica», fazendo com que mergulhe em um estado de confusão¹¹. Tal fato é por nós interpretado como o momento em que o discurso dominante na área de RI entra em crise. Por outro lado, ainda antes do fim da Guerra Fria ter posto em xeque a área, novos ventos já sopravam na área de RI, buscando alternativas à ortodoxia dominante na área.

Na verdade, e ironicamente, ao mesmo tempo em que a área de RI consolidava o discurso dominante sobre como observar e conhecer a realidade internacional, ramos de saberes que não seriam tão distantes assim experimentavam profundas transformações em suas respectivas premissas epistemológicas, metodológicas e ontológicas. O sucesso que pensadores tão diversos quanto revolucionários experimentam em suas respectivas áreas de conhecimento incentiva o empréstimo de suas ideias para a área de RI. A influência de teóricos como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Jürgen Habermas, Emanuel Lévinas, Ludwig Wittgenstein, Michel Foucault, Jacques Derrida, Anthony Giddens e Jacques Lacan começava a ser sentida na área de RI, sobretudo após o reconhecimento de sua principal limitação teórica: a definição de seu objeto de estudo como o comportamento dos estados em um ambiente anárquico e conflituoso.

Além das implicações do fim da Guerra Fria, o fator que impulsionaria a autocrítica na área de RI seria o que se convencionou chamar de crise da modernidade. Como observa Knutsen, os eventos ocorridos entre 1989 e 1991 simbolizavam não só o final de um conflito, mas o final de uma era: a Era Moderna¹². Em termos simples, consideramos a Era Moderna o período frouxamente identificado com a Revolução Industrial e o iluminismo, em que o modo de reprodução da sociedade se liberta da tradição para se ligar à razão instrumental. Trata-se da luta contra a arbitrariedade da autoridade tradicional e contra os preconceitos e contingências da tradição com a ajuda da razão. Trata-se da crença na existência do «ponto arquimediano», com base no qual se tornaria possível promover a transformação e a emancipação humana. Assim, a maior consequência da modernidade para a produção do conhecimento passa a ser a crença de que existe uma verdade «lá fora» que pode e deve ser cientificamente apreendida e compreendida, a fim de libertar o homem da escuridão e, assim, emancipá-lo. É a crença de que o progresso é possível pelo racionalismo. Surge aqui um importante corolário: a concepção da História como uma progressão linear de uma época para outra, sem rupturas, ou descontinuidades.

A crítica formulada pela Escola de Frankfurt na segunda metade do século XX, sobretudo, em resposta a eventos que desafiavam uma explicação racional, como o Holocausto e Hiroshima, passa a questionar a validade do projeto iluminista da modernidade. Na verdade, Horkheimer, Adorno e Benjamin e outros propuseram que a modernidade não fora capaz de realizar suas promessas de emancipação e libertação humana. Ao invés de emancipação, o homem moderno se vê acorrentado a burocracias, ao controle, à comodificação e à disciplinarização.

Conforme explica Jameson, os últimos anos haviam sido marcados por um «milenarismo invertido», em que previsões quanto ao futuro foram substituídas por ideias do «fim disso ou daquilo», em alusão às teses de fim da História, da ideologia, da arte, da classe social, do comunismo, do Estado-Nação, da democracia social, do bem-estar social, entre outros¹³. Contudo, prossegue ele, tais argumentos somente têm sustentação com base na premissa de que estaria ocorrendo algum tipo de ruptura, que ele localiza na passagem da década de 1950 para 1960, quanto ao período moderno. É a modernidade em crise. Em uma definição extremamente reduzida, Lyotard caracteriza a pós-modernidade como um momento de «incredulidade quanto a metanarrativas»¹⁴. Em outras palavras, Lyotard expressa o ceticismo pós-moderno quanto à possibilidade de uma teoria universal e fundacional. Em seu cerne, portanto, está a desconfiança e até mesmo a rejeição quanto à possibilidade de um conhecimento objetivo, imutável e universalmente válido. Eis aqui o cerne da crítica: o termo «Verdade» não passaria de uma afirmação formulada com base em uma posição de poder e, por isso, refletiria sempre as estruturas de dominação que pretendem, por meio de um discurso científico, neutras e naturais. Daí surge a crítica pós-moderna à epistemologia positivista, à separação entre sujeito e objeto, à existência de uma realidade externa passível de

apreensão e de compreensão, ao racionalismo instrumental aplicado à ciência e à valorização de dados em detrimento da interpretação.

Como corretamente observaram Buzan e Little, a principal consequência deste momento para a área de RI é que nos veríamos obrigados a deixar de conceber o sistema internacional apenas em termos de relações entre estados soberanos:

«O final da Guerra Fria foi marcado por uma explosão de interesse nas questões sociológicas de identidade e nas questões sobre a moralidade e legalidade dos direitos humanos. Assim, nas últimas décadas, tem crescido a consciência de que o objeto de estudo das Relações Internacionais é um sistema internacional que não se resume somente a uma construção político-militar, mas que é também econômica, sociológica e histórica»¹⁵.

Cumprido, portanto, repensar o objeto de estudo da área de RI com atenção às formas pelas quais os indivíduos se organizam política, econômica, social e ecologicamente, e como esses aspectos afetam uns aos outros. Para tanto, as RI passam a incorporar questões metateóricas e a se abrir para outros ramos. Novas abordagens críticas começam a se articular no final da década de 1980, tentando refletir sobre o tipo de conhecimento que produz, questionando pressupostos tradicionais e derrubando os muros que separavam a área de RI da Sociologia, da Filosofia, da Linguística e da Psicologia. Assim, apesar de seu rótulo recorrente de menos reflexiva e mais fechada de todas as ciências humanas¹⁶, as RI passam a recepcionar ideias e conceitos que já estavam experimentando sucesso em outros campos de conhecimento. Afinal, se tempos de crise exigiam novos referenciais teóricos, por que não buscar a renovação em ramos correlatos próximos?

Como bem destacaram Nogueira e Messari, houve uma tomada de consciência para o fato de que a área de RI não se encontrava assim tão longe de suas irmãs. Na verdade, «os dilemas e os desafios analíticos e conceituais colocados para a área não eram de natureza diferente nem obedeciam a lógicas

diferentes dos dilemas e desafios encontrados por outras áreas do conhecimento»¹⁷.

Não se tratava, portanto, de «reinventar a roda» e, sim, expandir as fronteiras da área, torná-la mais plural e arrancá-la do parquialismo norte-americano que lhe era tão característico. Além disso, o momento

estava marcado por uma inquieta insatisfação de alguns com as teorias dominantes na área. Era um momento de descontentamento e desconforto, mas que produziria resultados positivos, visto que a forma como a «síntese neo-neo» parecia ter homogeneizado o pensamento na área acabou aumentando ainda mais o apetite por ideias e abordagens alternativas. Em tal clima de inquietação criativa, os chamados «insurgentes» e «dissidentes»,

CUMPRE, PORTANTO, REPENSAR O OBJETO DE ESTUDO DA ÁREA DE RI COM ATENÇÃO ÀS FORMAS PELAS QUAIS OS INDIVÍDUOS SE ORGANIZAM POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL E ECOLOGICAMENTE, E COMO ESSES ASPECTOS AFETAM UNS AOS OUTROS.

conforme caracterizações de George e Campbell¹⁸ e de Brown¹⁹, deram início a um esforço de levar o tema da ética novamente para a área de RI. Assim, sentindo-se asfixiados e limitados pela camisa-de-força imposta pelo «debate neo-neo», insurgentes e dissidentes começam a semear a crítica às premissas daquele saber.

Durante a década de 1990, o debate entre neorrealistas e neoliberais dominou a produção de conhecimento em RI²⁰. De um lado, tendo como principal expoente Kenneth Waltz²¹, os neorrealistas enfatizavam a estrutura do sistema internacional e seu papel primário na determinação do comportamento dos estados. De outro, neoliberais – também chamados de neoinstitucionalistas liberais – ressaltavam a importância das instituições internacionais na promoção da cooperação entre os estados. Apesar de algumas diferenças pontuais, ambas as tradições comungam da mesma epistemologia racionalista.

Na verdade, não surpreende a afirmação de Jervis²² de que a lacuna entre ambas não é tão grande²³. As duas correntes se dedicam a questões semelhantes da política internacional, concordam em diversas premissas sobre a natureza humana, sobre o Estado e sobre o sistema internacional e privilegiam os métodos de pesquisa derivados da escolha racional²⁴. Não causa surpresa, portanto, quando o chamado «debate neo-neo» evolui até atingir uma síntese na crítica de Keohane²⁵ à obra de Waltz, conforme apontado por Waever²⁶. Mantendo a premissa realista da racionalidade dos atores estatais, Keohane redobrou o rigor e o formalismo analítico de suas posições teóricas centrais, assim alinhando seu discurso com o estilo intelectual então dominante na Ciência Política norte-americana, também reafirmou o argumento substantivo dos antigos institucionalistas liberais sem, porém, fazer concessões ao idealismo. Assim, Keohane foi capaz de gerar um «programa de pesquisa estrutural modificado»²⁷ que permitiu uma síntese entre as duas correntes de pensamento: a chamada «síntese neo-neo»²⁸. A partir do final da década de 1980, a síntese se torna o programa de pesquisa dominante na área de RI, sufocando a reflexão crítica nos círculos acadêmicos, principalmente o norte-americano.

Por tais razões, a síntese neo-neo acabou por dominar a produção do conhecimento na área, caracterizada por uma crescente convergência de pressupostos e pela adesão de ambas as correntes aos fundamentos epistemológicos da teoria microeconômica²⁹, o que gerou uma crescente assimilação mútua das caracterizações acerca da natureza e da dinâmica da política internacional. Afora uma controvérsia sobre ganhos relativos/absolutos³⁰, ambas as tradições acabaram criando, na descrição de Waever³¹, uma «fábrica de quintal para a maioria dos modelistas matemáticos», permitindo que a área «finalmente penetrasse na *American Political Science Review* – espaço do domínio da teoria da escolha racional – com artigos repletos de equações e gráficos». Antes, porém, devemos destacar as primeiras críticas que tentaram desafiar o discurso dominante de então.

Dialogando diretamente com a revisão que Waltz propõe ao realismo, Robert Cox³² coloca em debate a importância da prática teórica³³ ao distinguir as teorias críticas (*critical theories*) das teorias que solucionam problemas (*problem-solving theory*), como o

neorrealismo e o neoliberalismo. Segundo o pesquisador canadense, ambas correntes se apresentam como preservadoras do *statu quo*, já que têm como objetivo explicar e solucionar os problemas que afetam a ordem internacional – sobretudo nas esferas de segurança e comércio, mas sem oferecer mudanças na ordem mundial.

Propondo uma abordagem neogramsciana que oferecia, simultaneamente, uma crítica às teorias dominantes na área de RI, sobretudo em Economia Política Internacional, e uma alternativa à análise tradicional da política internacional, Cox lança as primeiras bases da teoria crítica de relações internacionais³⁴. Seu ponto de partida, como apontamos, é distinguir as teorias ditas críticas das que solucionam problemas. Lembrando que «toda teoria é sempre para alguém e para alguma coisa»³⁵, ele antecipa o principal tema da crítica pós-moderna/pós-estruturalista: a relação entre poder e a produção de conhecimento, como apontado por Foucault³⁶ no binômio poder/saber. Seu argumento é que, se ideias e valores são um reflexo de um conjunto específico de relações sociais, que são transformados à medida que as próprias relações se transformam, então todo conhecimento – pelo menos do mundo social – seria o reflexo de determinado contexto social, temporal e espacial. O conhecimento, portanto, não conseguiria ser objetivo e a-histórico, como postulavam neorrealistas e neoliberais. Seria impossível conceber uma realidade onde fatos, observador e valores fossem separáveis: consciente, ou não, todo teórico leva seus próprios valores para a observação da realidade. Cox então denuncia o neorrealismo como uma teoria que serve a interesses específicos, cuja preocupação maior é solucionar eventuais problemas que estejam ameaçando o *statu quo*³⁷. Ao recusar o posicionamento crítico, a teoria reproduz e legitima as relações de dominação no sistema internacional, fazendo-as parecer naturais e imutáveis.

Como alternativa, Cox propõe uma teoria crítica capaz de ao mesmo tempo entender o funcionamento das fontes de estabilidade do sistema internacional e identificar possíveis forças e dinâmicas de transformação e emancipação. Ele, então, transporta o conceito de hegemonia de Gramsci para a área de RI a fim de demonstrar como a ordem internacional produz relações hierárquicas que não seriam, necessariamente, de natureza imperialista, mas sim baseadas em uma combinação de consenso e coerção. Além disso, ao rejeitar a separação entre política e economia, Cox argumenta ser impossível compreender as relações internacionais – sobretudo suas dinâmicas de mudança – sem prestar atenção para os processos de produção capitalista. Ao denunciar a recusa do neorrealismo em desenvolver prescrições reformistas, ou emancipadoras, ele destaca como o pensamento teórico mantém e reproduz as relações de poder no qual está inserido. Trata-se de uma teoria que perpetua as relações de dominação na ordem internacional, nos termos do nexo «poder/saber», impedindo assim o questionamento, a resistência e a emancipação humana.

Entretanto, apesar desse renovado interesse pelo pensamento marxista, sobretudo com base na penetração das ideias da Escola de Frankfurt, as diversas vertentes marxistas que daí se desenvolveram, como a teoria sistema-mundo de Wallerstein, a teoria da dependência de Prebisch e a própria teoria crítica³⁸, não tiveram fôlego para enfrentar os desafios impostos pelos tempos de crise. Tal fato se tornou mais explícito com o

fim da Guerra Fria, visto que a chamada «grande experiência» socialista deu seus últimos suspiros, fazendo com que o futuro se apresentasse liberal e capitalista. Além disso, mesmo um pensamento tão comprometido com a transformação da ordem como o presente na teoria crítica tinha limitações. Apesar da força de argumentos como a concepção materialista da História e o modelo base/superestrutura, as teorias marxistas bebiam da mesma fonte epistemológica que seus opositores.

Na verdade, o debate travado por neorealistas, neoliberais e marxistas até aquele momento, apesar de bastante produtivo em termos de publicações, pouco fez para transcender as limitações da área de RI ou até mesmo efetivamente gerar grandes propostas de mudança nas relações internacionais. Conforme observa Réus-Smit³⁹, tal fato seria devido ao caráter interparadigmático assumido pelo «debate neo-neo»: ambas as linhas teóricas compartilhavam o mesmo paradigma de conhecimento com base no racionalismo e no positivismo. E aqui podemos também encaixar as teorias marxistas, conforme crítica de Katzenstein⁴⁰, pois elas compartilham os mesmos paradigmas.

Assim, salvo algumas tentativas isoladas⁴¹, a chamada «síntese neo-neo» se tornou dominante naquelas duas décadas. Conforme observa Waever, o realismo e o liberalismo, em suas versões «neo», compartilhavam «o programa de pesquisa racionalista, a concepção de ciência e a disposição para operar sob a premissa do estruturalismo (Waltz) e investigar a evolução da cooperação, e determinar se as instituições importam (Keohane)»⁴². O esforço de buscar tal síntese, continua Waever, podia ser percebido na

NA VERDADE, O DEBATE TRAVADO POR NEORREALISTAS, NEOLIBERAIS E MARXISTAS ATÉ AQUELE MOMENTO, APESAR DE BASTANTE PRODUTIVO EM TERMOS DE PUBLICAÇÕES, POUCO FEZ PARA TRANSCENDER AS LIMITAÇÕES DA ÁREA DE RI OU ATÉ MESMO EFETIVAMENTE GERAR GRANDES PROPOSTAS DE MUDANÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

revista *International Organization*: inúmeros artigos testando o realismo contra o liberalismo e vice-versa com a premissa de que o diálogo recíproco era possível⁴³.

Na visão de Waever, o perfil dos trabalhos empíricos publicados na época era de «testes de teoria» (*theory-testing*) e/ou de «artigos teóricos» (*theory-guided*): teoria de regimes, cooperação em anarquia, estabilidade hegemônica, teoria de alianças, negociações

comerciais, análises buzanianas de segurança, por exemplo⁴⁴. Era possível perceber como a produção de conhecimento na área passou a ser conduzida de forma a privilegiar um reduzido conjunto de questões teóricas com grande quantidade de pesquisa. Nas palavras de Waever, o esforço gerou artigos não muito filosóficos, mas com grande sofisticação metodológica. «Foi útil e bem-sucedido. Mas muito chato», sentenciou⁴⁵. A couraça começa a ser rompida aos poucos, como podemos perceber com base no leque de críticas formuladas por construtivistas como Wendt, Kratochwill, Risse-Kappen e Onuf, além de críticos pós-modernos/pós-estruturalistas como Ashley, Walker e Campbell, passando pelas feministas Christine Sylvester, J. Ann Tickner e Cynthia Enloe. A ordem do dia era a crítica às premissas epistemológicas, metodológicas e ontológicas da área.

A primeira martelada imposta àquela couraça é dada por Richard Ashley, que formula uma forte crítica ao realismo estrutural proposto por Waltz, que ele chama de «neorrealismo». Inspirado pela teoria crítica e pelo pós-estruturalismo francês, Ashley⁴⁶ via no modelo waltziano um conjunto de mitos e ritos que perpetuavam um saber coletivo sobre as relações internacionais. «Todo grande movimento acadêmico possui um saber tradicional, mitos fundacionais que são lembrados coletivamente, cujos significados são institucionalizados por lutas e desafios titânicos a serem superados a fim de criar e manter sua própria primazia»⁴⁷. Ao atacar o triunfalismo do realismo científico, a promessa do estruturalismo, o estatismo exagerado e a perspectiva utilitarista da ação, da ordem social e da mudança institucional, Ashley rejeitou a pobreza do modelo neorrealista. Para ele, Waltz era tão obcecado pela figura do Estado que não conseguia enxergar uma realidade povoada por atores não estatais. O privilegiamento do Estado como ator com interesses fixos e estáveis havia deixado Waltz cego às formas pelas quais as forças sociais criavam, construíam e transformavam interesses. Para Ashley, o compromisso de Waltz com o individualismo e com a antecedência do indivíduo em relação à sociedade não lhe permitia ver como os processos sociais criavam identidades, interesses e capacidades. Além disso, o apego excessivo de Waltz ao materialismo produzia uma representação artificial da sociedade, como se ela fosse totalmente despida de ideias, normas, crenças e valores, explicou. Sua recusa em problematizar conceitos fundamentais para a área, como soberania e anarquia, preferindo tratá-los como dados naturais do problema, impedia-lhe de perceber como esses conceitos eram social e historicamente produzidos. Ashley finaliza sua crítica da seguinte forma:

«Do ponto de vista de tal modelo [o de Waltz], a economização da política internacional só pode significar o expurgo da política internacional das capacidades reflexivas que, mesmo limitadas, possibilitam o conhecimento global e a mudança criativa. Só pode significar o empobrecimento da imaginação política e da redução da política internacional a um campo de luta para o choque estratégico cego da razão técnica contra a razão técnica a serviço de fins não questionados»⁴⁸.

Associando emancipação a um processo de crise do Estado, o teórico inglês Linklater⁴⁹ se inspira na teoria da ação comunicativa de Habermas⁵⁰ para propor uma nova ética do diálogo, de escopo global e consensual, em busca de um novo equilíbrio entre diversidade e universalidade. Enxergando nos processos de integração europeia uma tendência da política internacional, Linklater⁵¹ sugere que parte do sistema internacional estaria entrando em uma fase pós-vestfaliana, em que os estados perdem seus privilégios. Outra importante crítica ao neorrealismo de Waltz parte de Alexander Wendt, que introduziu na área de RI o debate sobre o «dilema agente/estrutura»⁵², por meio de uma série de artigos publicados entre 1987 e 1992. Ao indagar como a área deveria conceituar a relação entre agentes (os estados) e estruturas (o sistema internacional), Wendt criticou

o atomismo ontológico e o positivismo epistemológico que, segundo ele, estavam na raiz da metateoria que unia neorrealistas e neoliberais.

Wendt⁵³ escreve que a solução de Waltz para o dilema agente/estrutura era privilegiar a estrutura: primeiro, examinar as propriedades agregadas das capacidades dos estados em determinar uma estrutura definida pela distribuição de poder militar, e, depois, postular que era ela que constringia o comportamento dos estados, gerando assim padrões de interação estatal. Contudo, afirma Wendt, Waltz não percebe como as estruturas faziam mais do que somente constranger agentes; elas também construíam suas identidades e interesses. Ao buscar inspiração na teoria social, em especial no conceito de Giddens⁵⁴ para estruturação social, argumentou que uma estrutura normativa internacional molda as identidades e interesses dos estados e, por meio de práticas e interações, os estados são capazes de recriar essa mesma estrutura. Ele chama nossa atenção para a importância da interação estatal para entendermos a sustentação e a transformação das estruturas normativas. As normas não operam às escondidas, pelas costas dos atores. Ao reproduzirem reflexivamente normas com base em conhecimentos, hábitos e rotinas tradicionais, os atores determinam o que são. Em certos momentos, eles tentam, de forma consciente, construir novas normas que afetam não apenas os incentivos para um comportamento em particular, mas a própria estrutura.

Ao entender que nenhuma estrutura poderia ser tão determinante a ponto de eliminar por completo a capacidade dos agentes para a reflexão crítica e, com ela, a capacidade para a transformação consciente da estrutura, Wendt recorre à teoria social para expor os principais problemas conceituais do modelo waltziano e sugerir possíveis soluções. Em 1992, já se declarando construtivista, ele desenvolveu uma crítica à forma como as teorias dominantes concebiam anarquia exclusivamente pela lógica do conflito⁵⁵.

Como alternativa, ele propôs uma concepção de anarquia que admitia a cooperação. Enxergando-a como conceito socialmente construído, assim como a realidade, Wendt entendeu que a anarquia admitia tanto o conflito quanto a cooperação: dependia da vontade dos estados (*anarchy is what states make of it*). Assim, ele tenta refutar o determinismo da estrutura sobre os agentes, destacando que a relação entre ambos não seria de causalidade, mas de coconstituição. Para Wendt, os fundamentos epistemológicos da microeconomia empregados por Waltz pareciam ter como objetivo gerar referências para tentar minimizar o vazio experimentado com a ausência de mecanismos capazes de integrar elementos ideacionais da subjetividade humana, como cultura, identidade, normas, valores, aspirações e sentimentos. Para ele, a tendência racionalista em tratar tais elementos como informação gerava uma visão de política sem paixões ou princípios, que não correspondia à realidade.

Sua maior contribuição, entretanto, e que se tornaria premissa básica da corrente construtivista⁵⁶, é que vivemos em um mundo que construímos, do qual somos protagonistas, e que é produto de nossas escolhas, das quais somos agentes, e que se encontra em permanente processo de construção social. Não se trata de um mundo que, conforme caracterização feliz de Nogueira e Messari⁵⁷, «nos é imposto, que é predeterminado,

e que não podemos modificar». De fato, por ser um mundo socialmente construído, ele pode ser mudado, transformado, ainda que dentro de certos limites.

Identificando-se como construtivista, porém com influências e alinhamentos distintos, Kratochwill⁵⁸ foi outro autor a golpear o discurso dominante do neorealismo. Ao recorrer a Wittgenstein para repensar as premissas da área, ele identificou na linguagem, em especial as regras que regem os atos de fala (os jogos de linguagem), a fonte das normas que nos permitem apreender a realidade em que vivemos. Ao contrário de Wendt, que se declara mais próximo da teoria social⁵⁹, Kratochwill se deixa influenciar pela Linguística.

Para esse autor crítico, «a realidade lá fora» não era determinante, uma vez que seria a linguagem que usamos para nos referir à realidade que motivaria nossos entendimentos sobre ela e, portanto, nossas próprias ações. Isso significa que a linguagem não reflete, representa ou descreve a realidade: ela constrói a realidade, ela é ação. A compreensão das regras que regem e constroem socialmente a realidade dependeria, assim, da compreensão das regras que regem os atos de fala. Para Kratochwill, a natureza social da realidade não admite que ela seja entendida pelos mesmos métodos que são empregados para conhecer a natureza. O caminho para sua compreensão deveria passar pela subjetividade, pela reflexão acerca das implicações da linguagem para a construção da realidade e pelo conhecimento das normas que regem a agência humana.

A análise do comportamento dos agentes não deveria privilegiar a ação em si, mas as regras e normas que orientam e organizam os discursos dos processos de tomada de decisão. As normas deixam de ser entendidas como meros instrumentos que organizam o comportamento humano: elas legitimam, justificam, racionalizam, tornam possíveis determinados atos. Elas se revelam a matéria com a qual decisões, atos, comportamentos e ideias se tornam naturalmente aceitáveis, ou não.

No decorrer da década de 1990, o construtivismo, principalmente a vertente aberta por Wendt, foi aos poucos entrando para o chamado *mainstream* da área de RI. De virtualmente ausente dos principais periódicos da área na década de 1980, ele veio a ocupar posição de destaque na área, com vários autores passando a se autodefinirem construtivistas⁶⁰. Conforme caracteriza Guzzini⁶¹, trata-se de uma «verdadeira história de sucesso», apesar de críticas recorrentes⁶², inclusive a de que não seria propriamente uma teoria⁶³. Contudo, reconhecemos que o construtivismo contribuiu para o avanço do terceiro debate ao explorar temas que seriam retomados por críticos pós-modernos/ pós-estruturalistas, como a problematização de conceitos e teorias, a caracterização da realidade como construção social⁶⁴ e a importância das identidades.

Em resumo, as críticas oriundas das abordagens construtivistas foram importantes para aprofundar o questionamento das premissas das teorias dominantes na área de RI.

EM RESUMO, AS CRÍTICAS ORIUNDAS DAS ABORDAGENS CONSTRUTIVISTAS FORAM IMPORTANTES PARA APROFUNDAR O QUESTIONAMENTO DAS PREMISSAS DAS TEORIAS DOMINANTES NA ÁREA DE RI.

Em especial, a conceitualização da realidade como construção social permitiu pensar o fenômeno das relações internacionais em termos novos. A mudança não se limita a uma forma nova de ver o mundo; mudamos a forma de ver nós mesmos. O reconhecimento da natureza social da realidade nos permite enxergar as reificações⁶⁵ que promovemos em nossa área de conhecimento. Soberania, por exemplo, seria um conceito, e não algo que sempre existiu: é produto de forças históricas e de interação humana que gerou diferenciações em relação à fonte da autoridade política. Torna-se necessário reconhecer, assim, que o conceito possui uma relação com a História: surgiu em um determinado momento, passou por inúmeras transformações e, provavelmente, passará por outras. Todavia, as teorias dominantes o reificaram, naturalizando-o como imutável, fixo e a-histórico.

Para Buzan e Little, essa teria sido a principal razão da atrofia da área. Presos à «camisa de força de Vestfália», os conceitos passaram a impedir internacionalistas de verem como o sistema de estados surgido em meados de Vestfália foi substancialmente se alterando até os dias atuais:

«Assim, uma atitude dominante, em parte contra a História, em parte lhe sendo até indiferente, passou a integrar a tradição das Relações Internacionais. Gradualmente, ela tomou a forma que hoje chamamos de camisa de força de Vestfália: uma forte tendência em supor que o modelo estabelecido na Europa do século XVII deveria definir o que o sistema internacional seria para todos os lugares e tempos.»⁶⁶

Nesse sentido, o conceito de política externa, definido por Arthur Schlesinger Jr. como «a face que uma nação exhibe ao mundo»⁶⁷, passa a ser contestado por críticos identificados como pós-estruturalistas ou pós-modernos⁶⁸, como veremos a seguir.

O ESTUDO DA POLÍTICA EXTERNA EM TEMPO DE CRISE DE PARADIGMAS

O estudo e análise da política externa dos estados pode ser entendido como sendo uma das maiores preocupações da área de Relações Internacionais. Inúmeros são os autores, das mais diversas tradições teóricas, que se dedicaram a definir o conceito e seus instrumentos de análise. Definições como a de Marcel Merle⁶⁹, para quem política externa é o «conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o serviço o máximo de fatores disponíveis tanto no ambiente interno como no ambiente externo», são ilustrativas de como estudantes de RI são apresentados ao campo da Análise de Política Externa (APE)⁷⁰.

Com efeito, a literatura de APE se desenvolveu a partir da década de 1950 e atravessou três momentos que a moldaram. Primeiro, sob a hegemonia do realismo de Hans Morgenthau⁷¹, houve o foco nos processos de tomada de decisão, em grande parte inspirado nos trabalhos de autores como Snyder, Bruck e Sapin⁷², e na interação entre burocracias e organizações, exemplificada nas obras de Allison⁷³ e Halperin⁷⁴. Em um

segundo momento, a atenção se voltou para a dimensão psicológica da política externa, mais especificamente na psicologia dos tomadores de decisão, explorando a linha de pesquisa iniciada por Harold e Margaret Sprout⁷⁵. Finalmente, deve-se registrar o esforço de James Rosenau⁷⁶ em explorar a relação entre regimes e instituições domésticas, e política externa, abrindo caminho para o estudo de política externa comparada⁷⁷.

Em comum, o volume desse tipo de literatura assenta nas contribuições da ciência política, especialmente na forma como esse campo de conhecimento concebe Estado, poder, interesse e, sobretudo, como opta por separar a política doméstica da externa (ou internacional). Conforme destacam Smith [et al.]⁷⁸, política externa seria um tipo de política pública, mas que se distinguiria do conjunto das políticas domésticas de um Estado. Assim, seja na tradição do paradigma realista ou no paradigma liberal/pluralista, o tratamento dado ao fenômeno da política externa partia de premissas como a separação objetiva entre o interno e o externo, a natureza a-histórica e dada da anarquia do sistema internacional, a racionalidade dos atores estatais, a tomada de decisão pautada por interesses nacionais passíveis de identificação objetiva, a decisão informada por cálculos estratégicos, a busca de um conhecimento aplicado e orientado a solução de crises políticas, entre outras características.

Uma outra forma de perceber como o estudo de política externa em APE esteve arramado a premissas epistemológicas e ontológicas comuns é a observação feita por Dirk Nabers⁷⁹ de como a literatura sobre política externa na área de RI, especialmente durante o período da Guerra Fria, estava capturada por uma representação específica de crise. Estudava-se política externa com base em uma percepção de uma ameaça que levaria a uma crise (a quase totalidade de trabalhos sobre política externa norte-americana durante a Guerra Fria foi motivada pela ameaça representada pela União Soviética⁸⁰), ou então de que política externa deveria fazer a gestão e controle de uma crise específica e pontual (a obra clássica de Allison⁸¹ sobre a crise dos mísseis em Cuba ilustra o último caso)⁸². Assim, abordagens materialistas, objetivistas e racionalistas na análise de política externa produziam estudos sobre ameaças e crises como fenômenos autoevidentes que seriam contrários a interesses e/ou valores igualmente autoevidentes. Eventuais mudanças e reorientações em política externa eram explicadas e defendidas em termos de comportamento estatal em reação a algo lá fora.

Comprometidos com postulados e premissas ancorados no racionalismo, no positivismo e no materialismo, os autores acima citados da tradição dominante em APE preferem conceber a política externa como reação, por parte de estados com identidades predeterminadas e interesses estáveis, às forças físicas que atuam em objetos materiais, partindo do exterior. Pressupõe-se que a sobrevivência do Estado em um mundo físico independente e hostil deva orientar as escolhas em política externa. Todavia, esse tipo de abordagem, ainda preso à camisa de força vestfaliana a que aludimos anteriormente, toma como dado conceitos e categorias que pós-modernos/pós-estruturalistas querem problematizar. As análises tradicionais de política externa,

sejam elas feitas no marco neorrealista ou no neoliberal, estariam preocupadas com formular modelos explicativos, generalizar postulados e gerar previsibilidade. Em outros termos, buscam o tal «ponto arquimediano» com base no qual possam ancorar análises e recomendações de policy. Tal tipo de análise, acreditamos, seria deficiente, incompleto e insatisfatório. Com base na classificação de Lynn-Doty⁸³, são análises que fazem perguntas do tipo «Por que?», visto que sua preocupação é em compreender a motivação de um comportamento específico para que seja possível

POSTULAR QUE OS ESTADOS BUSCAM SUA SOBREVIVÊNCIA EM UM AMBIENTE HOSTIL E QUE DEVERIAM, PORTANTO, IDENTIFICAR E PERSEGUIR SEUS INTERESSES NACIONAIS, NÃO OFERECE MUITO EM TERMOS DAS ESCOLHAS ESPECÍFICAS QUE CONFRONTAM OS FORMULADORES DE POLÍTICA EXTERNA.

prever sua recorrência no futuro. Na caracterização de Little⁸⁴, o objetivo é calcular a probabilidade de determinado resultado, ou comportamento político.

Nossa crítica a tais análises tradicionais fica mais clara se partirmos do conceito de «interesse nacional», tido como fundamental pelas teorias dominantes para todo e qualquer estudo acerca do comporta-

mento dos estados no sistema internacional. Presas a uma noção predeterminada, fixa, estável e monolítica do que seria «interesse nacional», as análises tradicionais de política externa não conseguem conceber os processos sociais de construção do Estado, dos interesses, do sistema internacional e da própria realidade.

Por tais razões, as análises tradicionais reproduzem, em sua essência, o legado de Morgenthau que, ao definir «interesse nacional» em termos de poder, postulava que o conceito deveria ser entendido como «o principal indicador» para que o tomador de decisões pudesse «achar seu caminho através da paisagem da política internacional»⁸⁵. Seu conteúdo, diria o filósofo alemão, deveria ser inferido da anarquia, do caráter de autoajuda do sistema internacional. Presos no dilema da segurança, os estados deveriam deduzir racionalmente seus interesses nacionais, cujos objetivos deveriam ser sempre orientados para «proteger sua identidade física, política e cultural contra a intromissão de outras nações»⁸⁶.

Qual parece ser o problema de tal abordagem? A nosso ver, a proposição de Morgenthau se revela bastante vaga. Como bem observou Sonderman⁸⁷, o conceito é «muito extenso, muito geral, muito vago, e inclui muita coisa». Postular que os estados buscam sua sobrevivência em um ambiente hostil e que deveriam, portanto, identificar e perseguir seus interesses nacionais, não oferece muito em termos das escolhas específicas que confrontam os formuladores de política externa. A expressão «identificar e perseguir os interesses nacionais» acaba virando uma caixa vazia, despida de qualquer «conteúdo substantivo», nas palavras de Rosenberg⁸⁸.

De fato, a lógica da existência de um interesse nacional passível de identificação racional e objetiva se baseia na suposição, que entendemos ser incorreta, de que a realidade seja um domínio independente e acessível a observadores; de que haveria algo chamado «interesse nacional» que pode ser identificado e perseguido por políticas adequadas.

Como Weldes⁸⁹ argumenta, interesses, assim como realidade, atores, e poder, não são autoevidentes: «objetos e eventos não se apresentam sem problemas ao observador»; «são produtos de interpretação, de subjetividade».

A recusa das análises tradicionais em problematizar conceitos, categorias e realidades indica aquilo que Luttwak identificou como «o preconceito iluminista» inerente ao realismo e suas revisões posteriores. Tal preconceito teria levado uma grande geração de analistas de relações internacionais a privilegiar uma análise de política externa do tipo «por que?», com base em uma perspectiva estratégica e racionalista.

Concordando, em parte, com a proposta construtivista de Wendt⁹⁰ mencionada anteriormente para o dilema agente/estrutura, vemos como necessário rejeitar a noção do imperativo de sobrevivência do Estado devido à existência de uma suposta estrutura anárquica do sistema internacional. Ao escrever que «anarquia é o que os estados fazem dela»⁹¹, ele defende que a estrutura anárquica que os neorealistas e os neoliberais dizem determinar o comportamento dos estados seria uma construção social⁹². Rejeitamos, assim, conceber política externa com base na existência a priori de uma «realidade lá fora», cuja estrutura seria predeterminada como anárquica, com estados acabados e eternos, dotados de identidades e interesses fixos e imutáveis. A possibilidade para ação não se encontra na realidade (a estrutura), nem nos estados (os agentes), mas na interpretação e nos significados que lhes atribuímos.

Recorrendo a um universo de elementos culturais e linguísticos à nossa disposição, criamos representações que constroem objetos (ex.: estados, interesses, formuladores de política, instituições, atores não estatais, movimentos sociais etc.) e lhes atribuímos uma identidade (ex.: agressivo, cooperativo, hostil, pacífico, não ameaçador, revisionista etc.) que pareça aceitável e razoável. Ao imaginarmos um Estado qualquer que tenha sido socialmente construído como agressivo às democracias ocidentais, por exemplo, tomamos como razoável e aceitável presumir que ele se aliasse a outros regimes totalitários.

Como consequência, quando formulamos uma determinada representação das relações internacionais, nós a povoamos com objetos ao mesmo tempo em que lhes atribuímos identidades. O sistema de representações e significados resultante define a identidade (agressivo a democracias) e o comportamento daquele Estado (buscar aliança com regimes autoritários). O interesse nacional recebe conteúdo e significado quando é transformado em objeto de interpretação, de discurso. Assim, como argumentou Wendt⁹³, se «as identidades estão na base dos interesses», e se essas são fruto de processos de significação e interpretação, precisamos de teorias que esclareçam a «estrutura intersubjetivamente construída de identidades e interesses» dos estados⁹⁴.

A reflexão deve se estender, necessariamente, ao campo do simbólico em termos de produção de significados de forma a recepcionar subjetividades múltiplas. Por tais razões, buscamos uma abordagem que conceba uma realidade em que objetos, sujeitos e ações possuam significados e que reconheça a natureza instável e performática das identidades que lhe são atribuídas. Buscamos uma abordagem que dê conta daquilo que Foucault⁹⁵

caracterizou de «práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falam». Em resumo, buscamos uma análise de política externa que, coerente com as críticas pós-modernas/pós-estruturalistas aqui apresentadas, leve em conta o papel dos discursos como práticas sociais de (re)produção de significados e de representações.

Por tais razões, a APE em tempos de crise deve se recusar a pressupor a existência *a priori* de realidade, agentes e interesses, e a privilegiar indivíduos ou coletividades como *loci* de

DA MESMA FORMA, TORNA-SE POSSÍVEL
TRANSCENDER A PRÓPRIA FIGURA DO
«FORMULADOR DE POLÍTICA EXTERNA»
COMO PARTE DO ESTADO E SEUS APARATOS,
OU SEJA, POLÍTICA EXTERNA PODE SER FEITA
POR OUTROS ATORES QUE NÃO SEJA,
EXCLUSIVAMENTE, ESTADISTAS, DIPLOMATAS,
GESTORES POLÍTICOS E BUROCRATAS.

significação. Ela deve reconhecer a autonomia da linguagem na construção social da realidade, e que estruturas, agentes e identidades são construídos e articulados dentro de práticas discursivas. Ela deve ser capaz de conceber poder para além da expressão de capacidades materiais, de forma a incluir a capacidade de construir categorias do senso comum. Ela deve, sobretudo, reconhecer nos discursos a principal agência na construção

das realidades de forma a nos equipar com os instrumentos críticos necessários a responder satisfatoriamente a perguntas do tipo «Como?»: como uma determinada realidade é produzida e como ela cria as condições de possibilidade de determinadas práticas políticas. Várias são as vantagens de tal abordagem. Primeiro, não apenas ampliamos o conceito de política externa, como também problematizamos a realidade e os sujeitos ao reconhecer que eles não possuem existência fora dos discursos nos quais se inserem. Segundo, o espaço da política externa é ampliado para além das burocracias, ou indivíduos, às quais ela é tradicionalmente associada. Nesse sentido, a concepção de política externa deixa de estar limitada à noção de um específico processo de tomada de decisão, ou até mesmo a um evento, ou fato, específico em uma arena política privilegiada. Da mesma forma, torna-se possível transcender a própria figura do «formulador de política externa» como parte do Estado e seus aparatos, ou seja, política externa pode ser feita por outros atores que não seja, exclusivamente, estadistas, diplomatas, gestores políticos e burocratas. Terceiro, a política externa é ampliada para além das instituições políticas oficiais, de forma a incluir todas as esferas da sociedade e, mais especificamente, toda e qualquer esfera capaz de articular, propagar e disseminar sistemas de significados e representações. Assim, seu funcionamento como instituição de política externa depende mais de seu alinhamento ao sistema de representações de uma sociedade do que qualquer outro elemento. Filmes, séries de televisão e literatura de consumo de massa, por exemplo, desde que produzam e disseminem significados que forem aceites e reconhecidos como «realidade» pelo público em geral, passam a se prestar objeto de investigação sobre política externa⁹⁶.

Entre as diversas tentativas de análise de política externa no marco pós-moderno/pós-estruturalista, sobretudo aquelas de abordagem discursiva, a proposta desenvolvida por Campbell⁹⁷ apresentaria, em nosso entendimento, o maior potencial para repensar os estudos de política

externa em tempos de crise. Sua contribuição reside em perceber que a política externa é alimentada por outras dimensões além dos imperativos da necessidade do ambiente externo. Pesquisando a política externa norte-americana da Guerra Fria, ele observou que

«os textos de política externa estão repletos de declarações sobre a realização da república, o objetivo fundamental da nação, os direitos dados por Deus, códigos morais, os princípios da civilização europeia, o medo da perda cultural e espiritual, as responsabilidades e deveres atribuídos ao iluminado exemplo da América»⁹⁸.

Tais considerações o levaram a uma série de indagações. Primeiro, qual o significado de tantas representações, imagens e referências quanto ao que seria a América no discurso de política externa? Qual significação de América estaria sendo construída? Qual a relação entre o discurso de política externa e a atribuição de uma identidade à América? Como isso acontece? Que identidade é essa? Qual a implicação da reconfiguração da relação entre política externa e identidade para a área de RI?

Com efeito, ao substituir a tradicional pergunta «Como a política externa serve à defesa dos interesses nacionais?» por «Como, pela determinação do que é externo, estrangeiro e diferente – do “Outro” –, a política externa ajuda a produzir e a reproduzir sua própria identidade?», Campbell tenta problematizar os processos de construção de identidades e interesses ao trocar uma metodologia ancorada no racionalismo e na historiografia narrativa por uma metodologia discursiva. Nesse sentido, ele argumenta:

«O conhecimento contemporâneo esteve geralmente satisfeito em ver política externa explicada como um fenômeno estado-cêntrico no qual existe uma reação internamente mediada em relação a uma situação externamente induzida de ameaças ideológicas, militares e econômicas. [...] Como nós (nós, principalmente, mas não exclusivamente, da área de Relações Internacionais) passamos a conceber política externa como o emprego externo da razão instrumental em nome de uma identidade interna não problemática situada em uma esfera anárquica de necessidade?»⁹⁹

Em seguida, ao rejeitar a literatura convencional sobre nação, Estado e identidade nacional, que entendia a essência da nação como anterior à realidade do Estado, Campbell argumenta o contrário: «grande parte da sociologia histórica recente postula que é o Estado que precede a nação, que o nacionalismo é uma construção do Estado na busca da legitimidade»¹⁰⁰. Com base na noção de Anderson¹⁰¹ de nação como «comunidade imaginária», Campbell concebe os estados como entidades paradoxais que não possuem identidades estáveis, fixas e pré-discursivas. Por serem processos inacabados, eles se encontram em necessidade permanente de reprodução.

A política externa passa, então, a ser concebida como uma arena privilegiada para a reprodução das condições de existência do próprio Estado, devido a sua capacidade de produzir o «externo».

«A política externa deixa de ser uma preocupação sobre as relações entre Estados entre fronteiras a-históricas, congeladas e predeterminadas, para uma preocupação com o estabelecimento das fronteiras que constituem, simultaneamente, o “Estado” e o “sistema internacional”», finaliza ele¹⁰². Concebida nessas linhas, a política externa passa a ser vista como prática política para a produção da diferença, em relação a atores e eventos, com base em uma matriz identitária nacional. E identidade nacional, como sustentado por Campbell, não se refere, necessariamente, às supostas características de uma nação, e sim às práticas de exclusão, de marginalização, de vigilância e de punição que normalizam o corpo interno do Estado.

Ele propõe a distinção entre dois tipos de política externa. O primeiro tipo, ao qual ele se refere em minúsculas, refere-se a «todas as relações de “Outricidade”, de práticas de diferenciação, ou de modos de exclusão que constituem seus respectivos objetos como “estranhos”»¹⁰³. Nesse caso, trata-se de «política externa» divorciada do Estado, que emprega modos de representação e significação para disciplinarizar e domesticar a ambiguidade, a contingência e o estranho. Para ele, a «política externa» cria as condições de possibilidade do segundo tipo: a «Política Externa» em maiúsculas, mais familiar ao senso comum. Apesar de não estar tão diretamente implicada na produção de identidades como a «política externa», a «Política Externa» serve à reprodução da constituição da identidade que foi tornada possível pela «política externa».

Tal distinção nos permite entender como nos acostumamos a conceber política externa somente como «Política Externa», em que um determinado espaço, ou modo de representação, é privilegiado. Deixamos de perceber que as práticas de «política externa» continuam a funcionar, disciplinarizando a ambiguidade e a contingência, naturalizando padrões e relações sociais como se fossem permanentes, ou universais. Temos dificuldade em perceber como a «política externa» é constantemente mobilizada para produzir diferença, assegurar ao Estado soberano papel privilegiado na representação política e legitimar a exclusão de alternativas que não se ajustem ao regime dominante.

Percebendo como a pós-modernidade colocou as identidades nacionais em xeque, e com elas os próprios estados, visto que suas fronteiras já não se definem tão facilmente, Campbell entendeu como os estados recorrem à política externa como autodefesa a fim de enfatizar a necessidade de sua própria existência e assegurar a identidade nacional. Assim, as práticas de política externa passam a ser utilizadas para marcar fronteiras e disciplinarizar os corpos contidos no interior do espaço reclamado como exclusivo da soberania do Estado, com o intuito de preservar o próprio Estado.

No tratamento que Campbell concede às identidades, a realidade é discursiva, e o desafio é identificar as consequências políticas do privilegiamento de um modo de representação em relação a outros, isto é, pela escolha de um discurso em detrimento de outros. Assim como Connolly¹⁰⁴, ele se preocupa em incorporar o elemento do poder no problema da estabilização dos significados da identidade. Seu argumento prossegue com a noção de que «perigo» serve para reafirmar espaços morais criados para definição

de fronteiras éticas e territoriais pelo estabelecimento de dicotomias próprias do pensamento logocêntrico ocidental. Como base nos «discursos de perigo» que mostram o de fora como fonte de perigo, os estados reafirmam suas fronteiras morais e suas identidades e, por consequência, a legitimidade de sua autoridade.

Conforme esclarece Brown¹⁰⁵, o objetivo de Campbell em estudar conflitos, como as guerras do Golfo e da Bósnia, é demonstrar a inutilidade de abordagens normativas como a da teoria da guerra justa. Em vez de avaliar o comportamento dos participantes no conflito com base em um medidor ético supostamente imparcial e objetivo, Campbell propõe uma ética de encontros¹⁰⁶. Assim, ao adotar uma metodologia mais pessoal e menos geral, ele consegue tratar identidades e interesses ao mesmo tempo em que os problematiza, posto que não os vê como dados, mas como sendo construídos ao curso do próprio conflito, conclui Brown.

Com efeito, Campbell argumenta que as teorias dominantes das RI sempre entenderam que a essência da nação precede a realidade do Estado, ou seja, a identidade do povo seria a base de legitimação dos estados e de suas práticas. No entanto, «os estados nacionais constituem entidades paradoxais que não possuem identidades estáveis e pré-discursivas». Assim, todos os estados seriam marcados pela «tensão inerente entre os vários domínios que precisam ser alinhados para que uma “comunidade política imaginada” possa ganhar corpo», e a demanda por tal alinhamento constituiria «uma reação a, ao invés de constitutivo de uma identidade prévia e estável»¹⁰⁷.

A política externa funciona como uma arena privilegiada para a reprodução das condições de existência do Estado, devido a sua capacidade de produzir discursivamente o «Outro». «A política externa deixa de ser uma preocupação sobre as relações entre estados com fronteiras a-históricas, congeladas e pré-determinadas, para se tornar uma preocupação com o estabelecimento das fronteiras que constituem, simultaneamente, o “Estado” e o “sistema internacional”»¹⁰⁸. A política externa, portanto, revela-se uma prática de produção de diferença, de definição de fronteiras entre o interno e o externo, entre o que é familiar e o que é estranho, entre o que conforta e o que ameaça. Seu discurso passa a ressaltar as ameaças à segurança nacional e à integridade da coletividade, a incerteza pela presença de elementos estrangeiros, ou estranhos, ao suposto corpo homogêneo do Estado.

O resultado seria a mobilização constante da política externa como prática de produção de perigo e da diferença para assegurar ao Estado soberano uma posição privilegiada para a realização da identidade política e de legitimação da exclusão de subjetividades alternativas que não se ajustem ao regime dominante. Pensar política externa como prática de produção de fronteiras permite desconstruir a ideia de um sistema internacional preexistente, ao qual

«A POLÍTICA EXTERNA DEIXA DE SER UMA PREOCUPAÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS COM FRONTEIRAS A-HISTÓRICAS, CONGELADAS E PRÉ-DETERMINADAS, PARA SE TORNAR UMA PREOCUPAÇÃO COM O ESTABELECIMENTO DAS FRONTEIRAS QUE CONSTITUEM, SIMULTANEAMENTE, O “ESTADO” E O “SISTEMA INTERNACIONAL”».

os estados devem se adaptar. Também nos permite vislumbrar uma esfera internacional formada por múltiplas práticas de diferenciação e de delimitação de fronteiras¹⁰⁹.

A análise de política externa vê seu foco deslocado das declarações de chefes de Estado, de documentos emitidos por instituições e burocracias governamentais, da ênfase na materialidade de interesses estratégicos e ameaças em um mundo «lá fora», da busca da identificação, descrição e previsão de padrões de regularidade para a teorização sobre uma explicação universal e unificada acerca do comportamento dos estados no ambiente estruturalmente anárquico do sistema internacional. Em vez disso, ela direciona sua atenção para a localização da política externa em seu contexto discursivo particular. Busca-se, entre outros objetivos, identificar e problematizar os mecanismos e processos de constituição e de reprodução de significados identitários, mapear as representações de ameaça, interesse, nação, e segurança que se mostram capazes de mobilizar políticas específicas, investigar empírica e criticamente como as construções de identidade permitiram a formulação de determinadas políticas e, sobretudo, desafiar os significados dominantes.

A fim de evitar as limitações impostas pela «camisa de força de Vestfália», a análise de política externa precisa buscar incorporar a crítica às dicotomias presentes no discurso da anarquia. Como exemplo bem-sucedido, recorremos à obra que o próprio Campbell dedica à política externa norte-americana¹¹⁰. Ao pensar o Estado genealogicamente, ele quer compreender como, pela determinação do externo, do estrangeiro, do de fora, a política externa ajuda a produzir e reproduzir a própria identidade do Estado, e reafirmar a necessidade de sua existência. Campbell inova ao subverter a visão tradicional de que a política externa seria produto de sua constituição doméstica.

Nos termos de sua crítica, a política externa deixa de ser vista como a expressão das relações de um Estado preexistente com os demais estados no plano internacional e passa a ser constitutiva do próprio Estado. Sobretudo, mas não se limitando a momentos de crise em que as identidades nacionais se encontram por demais instáveis e ameaçadas, a política externa se revela uma prática de produção de fronteiras. A reprodução das identidades nacionais pela política externa se mostra central para produzir fronteiras e disciplinarizar comportamentos no espaço nacional no intuito de preservação desse espaço privilegiado. Pensar política externa como «produção de fronteiras» e «disciplinarização de corpos» permite a Campbell desconstruir a noção de um sistema internacional dado, ao qual os estados devem se adaptar por meio de suas políticas externas. A esfera internacional é vista como uma arena, povoada por estados sem identidades preexistentes e seguras, na qual múltiplas práticas de diferenciação e delimitação de espaços se cruzam e se chocam. Para ele, devemos problematizar a produção de espaços morais com base em dicotomias «dentro/fora», «interno/externo», «Eu/Outro», etc.

Igualmente provocadora é sua problematização da identidade do Estado, ao rejeitar a forma pela qual a área de RI via a nação precedendo a realidade do Estado; em outras palavras, o nacionalismo como base da legitimação da criação dos estados. Entretanto, Campbell chama nossa atenção para como a reificação desse conceito nos fez pensar

o Estado como anterior à nação, transformando o nacionalismo em ferramenta estatal para legitimar sua própria existência¹¹¹. Para Campbell, embora sempre visto como um conceito fechado, o Estado não possui tal status ontológico: ele precisa se reproduzir constantemente. Se a essência do Estado é a identidade e se essa essência não é fixa nem estável, se faz necessário para a preservação da ideia de Estado que a identidade esteja sempre sendo reafirmada. «A articulação constante do perigo através da política externa é, assim, não uma ameaça para a identidade ou para a existência de um Estado; mas sim sua própria condição de possibilidade», finaliza Campbell¹¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento crítico atual se apresenta como propício à busca de alternativas às amarras impostas pelas teorias dominantes em sua prática do conhecimento. Urge refletir e problematizar como a área de RI produz e reproduz teorias, modelos e saberes se tornaram um discurso de disciplinarização do que seria ou não conhecimento legítimo – e, portanto, os temas e os problemas legítimos em RI. Abrir espaço ao compromisso com o pensamento crítico, à busca da emancipação política, à análise crítica de política externa, à recondução da ética ao centro do debate de RI é o desafio que se impõe para as relações internacionais em tempos de crise. **RI**

Data de recepção: 10 de janeiro de 2019 | Data de aprovação: 26 de agosto de 2019

Lara Denise Góes da Costa Professora adjunta da Escola Superior de Guerra. Pós-doutora em Direitos Humanos pelo PNPd/CAPES do Programa de Pós-graduação em Direito e Evolução Social da Universidade Estácio de Sá. Possui doutorado em Filosofia pela UFRJ na área de ética e filosofia política. Possui doutorado em Ciências Sociais pela PUC-RIO. Coordenadora do grupo de pesquisa em direitos humanos – ODIHH (Observatório de Direitos Humanos) da

Universidade Estácio de Sá, com parceria com a Universidade Federal Fluminense e a Universidade de Connecticut, Estados Unidos. Pesquisadora em direitos humanos, cosmopolitanismo, multiculturalismo, teorias políticas modernas e contemporâneas, teoria política internacional, conflitos internacionais, estudos para a paz, ações e intervenções humanitárias e direito humanitário.
> Escola Superior de Guerra | Av. João Luiz Alves, s/n - Urca, Rio de Janeiro, Brasil | lara.goes@esg.br

Erica Simone Almeida Resende Bacharel em Direito (UFRJ) com Complementação de Estudos em Relações Internacionais (PUC-Rio). É mestre e doutora em Ciência Política, com ênfase em relações internacionais, pela Universidade de São Paulo (USP). É professora adjunta de Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra (ESG), ligada ao Ministério da Defesa. É especialista em Estados Unidos, com foco em política externa, além de desenvolver pesquisa nas

áreas de estudos de política externa, análise de discursos, sociologia política internacional, estudos críticos de segurança, teorias de Relações Internacionais. É *fulbright scholar* e *U.S. State Department Alumna*. É *affiliate lecturer* da Universidade de Oklahoma, Estados Unidos. É bolsista de produtividade «Jovem Cientista do Nosso Estado» da Faperj (2015-2018 e 2019-2022).

> Escola Superior de Guerra | Av. João Luiz Alves, s/n - Urca, Rio de Janeiro, Brasil | eresende@esg.br

BIBLIOGRAFIA

- ADLER, E. – «Seizing the middle ground: constructivism in world politics». In *European Journal of International Affairs*. N.º 3, setembro de 1997, pp. 319-363.
- ALLISON, G. T. – *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Nova York: Longman, 1971.
- AMBROSE, S. E.; BRINKLEY, D. G. – *Rise to Globalism: American Foreign Policy since 1938*. Nova York: Penguin, 1997.
- ANDERSON, B. – *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1991.
- ASHLEY, R. – «The poverty of neo-realism». In *International Organization*. Vol. 38, N.º 2, 1984, pp. 225-286.
- BALDWIN, D., ed. – *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. Nova York: Columbia University Press, 1993.
- BECK, U. – *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: SAGE Publications, 1992.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. – *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOOTH, K., ed. – *Critical Security Studies in World Politics*. Boulder: Lynne Rienner, 2004.
- BROWN, C. – «Turtles all the way down: anti-foundationalism, critical theory and international relations». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 23, N.º 2, 1994, pp. 213-136.
- BROWN, C. – *Understanding International Relations*. Nova York: Palgrave, 2001.
- BUZAN, B.; JONES, C.; LITTLE, R. – *The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism*. Nova York: Columbia University Press, 1993.
- BUZAN, B.; LITTLE, R. – «Why international relations has failed as an intellectual project and what to do about it». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 30, N.º 1, 2001, pp. 19-39.
- CAMPBELL, D. – «Global inscription: how foreign policy constitutes the United States». In *Alternatives*. Vol. 15, N.º 3, verão de 1990, pp. 263-286.
- CAMPBELL, D. – «Violent performances: identity, sovereignty, responsibility». In LAPID, Y.; KRATOCHWILL, F., eds. – *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Londres: Lynne Rienner, 1996, pp. 163-181.
- CAMPBELL, D. – *National Deconstruction: Violence, Identity, and Justice in Bosnia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- CAMPBELL, D. – *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- CONNOLLY, W. E. – *Identity/Difference. Democratic Negotiations of Political Paradox*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- COX, R. – «Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 10, N.º 2, 1981, pp. 126-155.
- COX, R. – *Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History*. Nova York: Columbia University Press, 1987.
- CULLINAME, M. P.; RYAN, D., eds. – *U.S. Foreign Policy and the Other*. Nova York: Berghahn, 2015.
- FOUCAULT, M. – *The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language*. Nova York: Pantheon Books, 1972.
- FOUCAULT, M. – *Power/Knowledge: Selected Interviews & Other Writings*. Nova York: Pantheon Books, 1980.
- GADDIS, J. L. – *Russia, the Soviet Union and the United States: An Interpretive History*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1978.
- GADDIS, J. L. – *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security*. Nova York: Oxford University Press, 1982.
- GEORGE, J. – «Understanding international relations after the Cold War: probing beyond the realist legacy». In SHAPIRO, M. J.; WALKER, R. R., eds. – *Challenging Boundaries*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996, pp. 33-79.
- GEORGE, J.; CAMPBELL, D. – «Patterns of dissent and the celebration of difference: critical social theory and international relations». In *International Studies Quarterly*. Vol. 34, N.º 3, setembro de 1990, pp. 269-293.
- GIDDENS, A. – *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GIDDENS, A. – *Conversations with Anthony Giddens: Making Sense of Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- GILL, S., ed. – *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GILPIN, R. – *War and Change in World Politics*. Nova York: Cambridge University Press, 1981.
- GONÇALVES, W. – «O campo teórico das Relações Internacionais». In BRIGAGÃO, C., org. – *Estratégias de Negociações Internacionais. Uma Visão Brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, pp. 89-107.
- GUZZINI, S. – «A reconstruction of constructivism in International Relations». In *European Journal of International Relations*. Vol. 6, N.º 2, 2000, pp. 147-182.
- GUZZINI, S.; LEANDER, A., eds. – *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and His Critics*. Nova York: Routledge, 2006.
- HABERMAS, J. – *The Theory of Communicative Action*. Cambridge: Polity Press, 1981.
- HALLIDAY, F. – «The future of international relations: fears and hopes». In SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M., eds. – *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HALLIDAY, F. – *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HALPERIN, M. – *Bureaucratic Politics and Foreign Policy*. Washington: Brookings, 1974.
- HANSEN, L. – *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. Londres: Routledge, 2006.
- HILL, Christopher – *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. 2.ª edição. Nova York: Palgrave Macmillan, 2016.
- HOFFMAN, S. – «An American social science». In *Daedalus*. Vol. 106, N.º 3, 1977, pp. 41-60.
- HOLSTI, K. J. – *The Diving Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory*. Boston: Allen & Unwin, 1985.
- HUDSON, V. M. – *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*. Nova York: Rowman and Littlefield, 2007.
- HUTCHINGS, R. – *American Diplomacy and the End of the Cold War: an Insider's Account of U.S. Foreign Policy in Europe, 1989-1992*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.
- JAMESON, F. – «Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism». In *New Left Review*. Vol. 146, julho-agosto de 1984, pp. 53-92.
- JERVIS, R. – «Realism, neo-liberalism, cooperation: understanding the debates». In *International Security*. Vol. 24, N.º 1, verão de 1999, pp. 42-63.
- JONES, R. W. – *Security, Strategy and Critical Theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1999.
- JONES, R. W. – *Critical Theory and World Politics*. Boulder: Lynne Rienner, 2000.
- JØRGENSEN, K. E. – «Four levels and a discipline». In FIERKE, K. M.; JØRGENSEN, K. E., eds. – *Constructing International Relations: The Next Generation*. Nova York: M. E. Sharpe, 2001, pp. 36-53.
- KATZENSTEIN, P., ed. – *The Culture of National Security. Norms and Identities in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1996.

- KATZENSTEIN, P.; KEOHANE, R.; KRASNER, S. – «International organization and the study of world politics». In KATZENSTEIN, P.; KEOHANE, R.; KRASNER, S., eds. – *Exploration and Contestation in the Study of World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1999, pp. 5-45.
- KENNEDY, P. – *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEOHANE, R. – *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, R., ed. – *Neorealism and its Critics. New Directions in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1986.
- KEOHANE, R. – «International institutions: two approaches». In *International Studies Quarterly*. Vol. 32, 1988, pp. 379-396.
- KEOHANE, R. – «Institutional theory and the realist challenge after the end of the Cold War». In BALDWIN, D., ed. – *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. Nova York: Columbia University Press, 1993.
- KIERSEY, N. C.; NEUMANN, I., eds. – *Battlestar Galactica and International Relations*. Nova York: Routledge, 2013.
- KNUTSEN, T. – *A History of International Relations Theory*. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- KRATOCHWILL, F. – *Rules, Norms and Decisions. On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- KRAUSE, K., ed. – *Culture and Security*. Londres: UCL Press, 1999.
- LAPID, Y.; KRATOCHWILL, F., eds. – *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Londres: Lynne Rienner, 1996.
- LEBOW, R. N.; RISSE-KAPPEN, T., eds. – *International Relations Theory and the End of the Cold War*. Nova York: Columbia University Press, 1995.
- LINKLATER, A. – *Men and Citizens in the Theory of International Relations*. Londres: MacMillan, 1982.
- LINKLATER, A. – *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations*. Londres: MacMillan, 1990.
- LINKLATER, A. – *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- LIPSCHUTZ, R. – *Cold War Fantasies: Film, Fiction and Foreign Policy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001.
- LITTLE, D. – *Varieties of Social Explanation*. Boulder: Westview, 1991.
- LYNN-DOTY, R. – «Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. counterinsurgency policy in the Philippines». In *International Studies Quarterly*. Vol. 37, 1993, pp. 297-320.
- LYOTARD, J. F. – *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- MELANSON, R. A. – *American Foreign Policy Since the Vietnam War*. Armonk: ME Sharpe, 2000.
- MERLE, M. – «Política externa e relações internacionais». In BRAILLARD, P. – *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- MESSARI, N. – «Identity and foreign policy: the case of Islam in U.S. foreign policy». In KUBALKOVA, V., ed. – *Foreign Policy in a Constructed World*. Armonk: M. E. Sharpe, 2001, pp. 227-245.
- MORGENTHAU, H. – *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1951.
- MORGENTHAU, H. – *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1978.
- NABERS, D. – «Culture and collective action: Japan, Germany and the United States after 11 September 2001». In *Cooperation and Conflict*. Vol. 41, N.º 3, 2006, pp. 305-326.
- NABERS, D. – «Filling the void of meaning: identity construction in U.S. foreign policy after September 11, 2001». In *Foreign Policy Analysis*. Vol. 5, N.º 2, 2009, pp. 191-214.
- NABERS, D. – *A Poststructuralist Discourse Theory of Global Politics*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015.
- NEUMANN, I. B. – *Russia and the Idea of Europe: A Study in Identity and International Relations*. Londres: Routledge, 1996.
- NEXON, D. H.; NEUMANN, I., eds. – *Harry Potter and International Relations*. Nova York: Rowman & Littlefield, 2006.
- NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. – *Teoria das Relações Internacionais. Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ONU, N. – *A World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- POWELL, R. – «Absolute and relative gains in International Relations theory». In BALDWIN, D., ed. – *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. Nova York: Columbia University Press, 1993, pp. 209-233.
- REINKE DE BUITRAGO, S., ed. – *Portraying the Other in International Relations: Cases of Othering, Their Dynamics and the Potential for Transformation*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012.
- RESENDE, Erica Simone A. – *Americanidade, Puritanismo e Política Externa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- RÉUS-SMIT, C. – «The constructivism turn: critical theory after the Cold War». In CAMBERRA – *Department of International Relations – Australian National University*, Working paper no. 4, 1996.
- ROSENAU, J. N. – «Pre-theories and theories of foreign policy». In FARRELL, R. B., ed. – *Approaches to Comparative and International Politics*. Evanston: Northwestern University Press, 1966, pp. 27-92.
- ROSENAU, J. N., ed. – *Comparing Foreign Policies: Theories, Findings, and Methods*. Nova York: John Wiley, 1974.
- ROSENBERG, J. – «What's the matter with realism?». In *Review of International Studies*. Vol. 16, N.º 4, 1990, pp. 285-303.
- RUGGIE, J. G. – *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. Londres: Routledge, 1998.
- SCHLESINGER JR., A. M. – *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- SCHLESINGER, J. – «New instability, new priorities». In *Foreign Policy*. Vol. 85, inverno de 1991, pp. 3-25.
- SEARLE, J. R. – *The Construction of Social Reality*. Nova York: Free Press, 1995.
- SMITH, S. – «The self-images of a discipline: a genealogy of International Relations theory». In BOOTH, K.; SMITH, S., eds. – *International Relations Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 1995, pp. 1-37.
- SMITH, S. – «Foreign policy is what states make of it: social construction and International Relations theory». In KUBALKOVA, V., ed. – *Foreign Policy in a Constructed World*. Nova York: Sharpe, 2001, pp. 39-55.
- SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T., eds. – *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Londres: Oxford University Press, 2012.
- SNYDER, R.; BRUCK, H.; SAPIN, B., eds. – *Foreign Policy Decision: Making as an Approach to the Study of International Politics*. Glencoe: Free Press, 1963.
- SONDERMANN, F. A. – «The concept of national interest». In OLSON, W. C., ed. – *The Theory and Practice of International Relations*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1987.
- SPROUT, H.; SPROUT, M. – *Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1956.
- SPROUT, H.; SPROUT, M. – *The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1965.
- WAEVER, O. – «The rise and the fall of the inter-paradigm debate». In SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M., eds. – *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 149-185.

WAEVER, O. – «Figures of international thought: introducing persons instead of paradigms». In NEUMANN, I. B.; WAEVER, O., eds. – *The Future of International Relations: Masters in the Making?* Londres: Routledge, 1997, pp. 7-37.

WALTZ, K. – *Theory of International Relations*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WEBER, C. – «Performative states». In *Millennium*. Vol. 27, N.º 1, 1998, pp. 77-95.

WELDES, J. – «Constructing national inter-

ests». In *European Journal of International Relations*. Vol. 2, N.º 3, 1996, pp. 275-318.

WELDES, J., ed. – *To Seek Out New Worlds. Exploring Links between Science Fiction and World Politics*. Nova York: Palgrave, 2003.

WENDT, A. – «The agent-structure problem in international relations theory». In *International Organization*. Vol. 41, N.º 3, 1987, pp. 335-370.

WENDT, A. – «Anarchy is what states make of it: the social construction of power poli-

tics». In *International Organization*. Vol. 46, 1992, pp. 391-425.

WENDT, A. – *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, C. – *Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ZEHFUSS, M. – *Constructivism in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NOTAS

1 HILL, Christopher – *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. 2.ª edição. Nova York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 4.

2 Para uma genealogia abrangente sobre as diferentes formas de apresentação da área de RI, ver SMITH, S. – «The self-images of a discipline: a genealogy of International Relations theory». In BOOTH, K.; SMITH, S., ed. – *International Relations Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 1995, pp. 1-37.

3 Rebatizada de Aberystwyth University, em 2008.

4 O sistema universitário norte-americano – mais flexível do que o europeu – permitiu a criação dos grandes departamentos de Ciência Política, com capacidade e autonomia necessárias ao desenvolvimento da área. Além disso, devido à inexistência de uma carreira diplomática com programa de qualificação e treinamento fechado, os debates sobre política externa não permaneciam circunscritos ao governo.

5 GONÇALVES, W. – «O campo teórico das Relações Internacionais». In BRIGAGÃO, C., org. – *Estratégias de Negociações Internacionais. Uma Visão Brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 90.

6 Para Hoffmann, é importante reconhecer que, tendo como objetivo a preservação de uma posição favorável aos Estados Unidos no sistema internacional, grande parte da teoria de relações internacionais desenvolvida naquele momento se aproximava mais de um projeto para a formulação da política externa norte-americana do que teoria propriamente dita. Além disso, sua base filosófica, sua metodologia de pesquisa e sua visão do mundo eram próprios à tradição, à cultura e à formação histórica daquele país. HOFFMAN, S. – «An American social science». In *Daedalus*. Vol. 106, N.º 3, 1977, pp. 41-60. Ver também GONÇALVES, W. – «O campo teórico das Relações Internacionais».

7 Para uma revisão das explicações sobre o fim da Guerra Fria, ver LEBOW, R. N.; RISSE-KAPPEN, T., eds. – *International Relations Theory and the End of the Cold War*. Nova York: Columbia University

Press, 1995; e HALLIDAY, F. – *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

8 Para um debate sobre tal dificuldade, ver GEORGE, J. – «Understanding international relations after the Cold War: probing beyond the realist legacy». In SHAPIRO, M. J.; WALKER, R. R., eds. – *Challenging Boundaries*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996, pp. 33-79.

9 KNUITSEN, T. – *A History of International Relations Theory*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

10 A expressão de Schlesinger aponta como as escolhas eram simples e previsíveis durante a Guerra Fria: alinhamento ao Oeste, alinhamento a Leste ou não alinhamento, pois todos os perigos, problemas e alianças eram claros e inalteráveis. Ver SCHLESINGER, J. – «New instability, new priorities». In *Foreign Policy*. Vol. 85, inverno de 1991, p. 22. Como ironicamente comenta Gaddis: «Ah, bons tempos eram aqueles, em que o mundo só precisava se preocupar com a possibilidade de aniquilação mútua instantânea». Ver GADDIS, J. L. – *Russia, the Soviet Union and the United States: An Interpretive History*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1978, p. 279.

11 Nesse sentido, ver HOLSTI, K. J. – *The Diving Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory*. Boston: Allen & Unwin, 1985, pp. 1-2; e ONUF, N. – *A World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989, p. 8.

12 KNUITSEN, T. – *A History of International Relations Theory*, p. 269.

13 JAMESON, F. – «Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism». In *New Left Review*. Vol. 146, julho-agosto de 1984, pp. 53-92.

14 LYOTARD, J. F. – *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984, p. xxiv.

15 BUZAN, B.; LITTLE, R. – «Why international relations has failed as an intellec-

tual project and what to do about it». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 30, N.º 1, 2001, p. 21.

16 Uma pequena exceção era feita à influência da História (presente na Escola Inglesa) e da Economia (na aplicação de teoria de jogos e de firmas pelo neorealismo).

17 NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. – *Teoria das Relações Internacionais. Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 10.

18 GEORGE, J.; CAMPBELL, D. – «Patterns of dissent and the celebration of difference: critical social theory and international relations». In *International Studies Quarterly*. Vol. 34, N.º 3, setembro de 1990, pp. 269-293.

19 BROWN, C. – «Turtles all the way down: anti-foundationalism, critical theory and international relations». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 23, N.º 2, 1994, p. 214.

20 Na época, as duas mais importantes publicações da área, *International Organization* e *International Security*, ambas editadas nos Estados Unidos, estavam repletas de artigos que celebravam os méritos de cada teoria na explicação da realidade da política internacional. Para crítica contundente, ver WAEVER, O. – «Figures of international thought: introducing persons instead of paradigms». In NEUMANN, I. B.; WAEVER, O., eds. – *The Future of International Relations: Masters in the Making?* Londres: Routledge, 1997, pp. 7-37.

21 WALTZ, K. – *Theory of International Relations*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

22 JERVIS, R. – «Realism, neo-liberalism, cooperation: understanding the debate». In *International Security*. Vol. 24, N.º 1, verão de 1999, p. 43.

23 Para um resumo sobre as principais características do «debate neo-neo», ver POWELL, R. – «Absolute and relative gains in International Relations theory». In BALDWIN, D., ed. – *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. Nova York: Columbia University Press, 1993, pp. 209-233.

- 24 Como reconhece Keohane, o neoliberalismo institucional compartilha diversos pressupostos com o neorealismo, sobretudo a perspectiva estrutural sobre o sistema internacional. KEOHANE, R. – «Institutional theory and the realist challenge after the end of the Cold War». In BALDWIN, D., ed. – *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. Nova York: Columbia University Press, 1993.
- 25 KEOHANE, R. – *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984; KEOHANE, R., ed. – *Neorealism and Its Critics. New Directions in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1986.
- 26 WAEVER, O. – «The rise and the fall of the inter-paradigm debate». In SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M., eds. – *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 149-185.
- 27 KEOHANE, R., ed. – *Neorealism and its Critics...*, p. 189.
- 28 Segundo Waever (WAEVER, O. – «The rise and the fall of the inter-paradigm debate»), a «síntese neo-neo» experimentou seu ápice no discurso de Keohane no encontro anual da International Studies Association de 1988, no qual ele classificou o neorealismo e o neoliberalismo como as duas vertentes do pensamento racionalista na área de RI, em oposição ao pensamento reflexivista, que julgava «incapaz de gerar um programa de pesquisa próprio». Ver KEOHANE, R. – «International institutions: two approaches». In *International Studies Quarterly*. Vol. 32, 1988, pp. 379-396.
- 29 Ao proceder a uma radical abstração dos atributos das unidades que compõem o sistema internacional, Walt incorporava nas Relações Internacionais a tendência dominante na Ciência Política norte-americana em aplicar fundamentos e métodos de análise microeconômica. Apesar de não ter inovado, *strictu sensu*, o pensamento realista, Walt promoveu, segundo descrição de Keohane (KEOHANE, R., ed. – *Neorealism and Its Critics...*), um notável esforço para sistematização do realismo político em uma rigorosa e dedutiva teoria sistêmica da política internacional. Ver KEOHANE, R., ed. – *Neorealism and Its Critics...*, introdução.
- 30 Ver POWELL, R. – «Absolute and relative gains in International Relations theory».
- 31 WAEVER, O. – «Figures of international thought...», p. 21.
- 32 COX, R. – «Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory». In *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 10, N.º 2, 1981, pp. 126-155.
- 33 A concepção acerca da prática teórica como ato político e decorrente necessidade em desenvolver uma teoria crítica para o questionamento das relações internacionais, antecipada por Foucault, Bar-
- thès e outros, também estaria presente na crítica pós-moderna/pós-estruturalista às Relações Internacionais.
- 34 Para uma visão mais completa sobre a Teoria Crítica, na qual o trabalho de Cox se insere, ver GILL, S., ed. – *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- 35 COX, R. – «Social forces, states, and world orders...», p. 128.
- 36 FOUCAULT, M. – *Power/Knowledge: Selected Interviews & Other Writings*. Nova York: Pantheon Books, 1980.
- 37 COX, R. – «Social forces, states, and world orders...»; COX, R. – *Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History*. Nova York: Columbia University Press, 1987.
- 38 De forma a distinguir a teoria crítica construída pela Escola de Frankfurt, que possui corpo teórico mais específico, de outras que criticam teorias dominantes, empregaremos teoria crítica para designar o grupo que reúne autores como Cox, Gill, Linklater e Brown, por exemplo, e teoria crítica para as demais.
- 39 RÉUS-SMIT, C. – «The constructivism turn: critical theory after the Cold War». In CABBERRA – *Department of International Relations – Australian National University*, Working paper no. 4, 1996.
- 40 KATZENSTEIN, P., ed. – *The Culture of National Security, Norms and Identities in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1996.
- 41 Como exemplos de inovação, citamos o cosmopolitismo reflexivo de Beck, a teoria da ação comunicativa de Habermas, o comunitarismo de Linklater e os estudos críticos de segurança de Booth, Krause e Jones. Ver BECK, U. – *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: SAGE Publications, 1992; HABERMAS, J. – *The Theory of Communicative Action*. Cambridge: Polity Press, 1981; LINKLATER, A. – *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Cambridge: Polity Press, 1998; BOOTH, K., ed. – *Critical Security Studies in World Politics*. Boulder: Lynne Rienner, 2004; KRAUSE, K., ed. – *Culture and Security*. Londres: UCL Press, 1999; JONES, R. W. – *Security, Strategy and Critical Theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1999; e JONES, R. W. – *Critical Theory and World Politics*. Boulder: Lynne Rienner, 2000.
- 42 WAEVER, O. – «The rise and the fall of the inter-paradigm debate», p. 163.
- 43 Segundo Katzenstein, Keohane e Krasner, as palavras de ordem eram «preferência, informação, estratégia e conhecimento». Ver KATZENSTEIN, P.; KEOHANE, R.; KRASNER, S. – «International organization and the study of world politics». In KATZENSTEIN, P.; KEOHANE, R.; KRASNER, S., eds. – *Exploration and Contestation in the Study of World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1999, p. 36.
- 44 WAEVER, O. – «The rise and the fall of the inter-paradigm debate», p. 164.
- 45 *Ibidem*, p. 168.
- 46 ASHLEY, R. – «The poverty of neo-realism». In *International Organization*. Vol. 38, N.º 2, 1984, pp. 225-286.
- 47 *Ibidem*, p. 230.
- 48 *Ibidem*, p. 297.
- 49 LINKLATER, A. – *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations*. Londres: MacMillan, 1990.
- 50 HABERMAS, J. – *The Theory of Communicative Action*.
- 51 LINKLATER, A. – *The Transformation of Political Community...*
- 52 Para uma revisão do debate, ver WIGHT, C. – *Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- 53 WENDT, A. – «The agent-structure problem in international relations theory». In *International Organization*. Vol. 41, N.º 3, 1987, pp. 335-370.
- 54 GIDDENS, A. – *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- 55 WENDT, A. – «Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics». In *International Organization*. Vol. 46, 1992, pp. 391-425.
- 56 Sobre as premissas básicas do construtivismo, ver RUGGIE, J. G. – *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. Londres: Routledge, 1998. Para sua caracterização como «meio termo» entre as teorias racionalistas e seus críticos, ver ADLER, E. – «Seizing the middle ground: constructivism in world politics». In *European Journal of International Affairs*. N.º 3, setembro de 1997, pp. 319-363.
- 57 NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. – *Teoria das Relações Internacionais...*, p. 164.
- 58 KRATOCHWILL, F. – *Rules, Norms and Decisions. On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- 59 WENDT, A. – *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 107.
- 60 Além dos já citados, incluímos Michael Barnett, Didier Bigo, Jeffrey Checkel, Martha Finnemore, Ernst Haas, Peter Katzenstein, John Ruggie, Chris Réus-Smit, Kathryn Sikkink, Ole Waever e Jutta Weldes.
- 61 GUZZINI, S. – «A reconstruction of constructivism in International Relations». In *European Journal of International Relations*. Vol. 6, N.º 2, 2000, p. 147.

- 62** Para críticas, ver GUZZINI, S.; LEANDER, A., eds. – *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his Critics*. Nova York: Routledge, 2006; SMITH, S. – «Foreign policy is what states make of it: social construction and International Relations theory». In KUBALKOVA, V., ed. – *Foreign Policy in a Constructed World*. Nova York: Sharpe, 2001, pp. 39-55; e ZEHFUSS, M. – *Constructivism in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- 63** Jørgensen afirma que o construtivismo seria uma metateoria porque pretende explicar a constituição da realidade como um todo, e não apenas a internacional. JØRGENSEN, K. E. – «Four levels and a discipline». In FIERKE, K. M.; JØRGENSEN, K. E., eds. – *Constructing International Relations: The Next Generation*. Nova York: M. E. Sharpe, 2001, pp. 36-53.
- 64** Ver SEARLE, J. R. – *The Construction of Social Reality*. Nova York: Free Press, 1995.
- 65** Processo por meio do qual as criações humanas passariam a ser concebidas como fatos da natureza, produto de leis cósmicas, ou manifestação da vontade divina. Ver BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. – *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- 66** BUZAN, B.; LITTLE, R. – «Why international relations has failed...», p. 25.
- 67** SCHLESINGER JR., A. M. – *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, p. 57.
- 68** Como exemplos, ver HANSEN, L. – *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. Londres: Routledge, 2006; MESSARI, N. – «Identity and foreign policy: the case of Islam in U.S. foreign policy». In KUBALKOVA, V., ed. – *Foreign Policy in a Constructed World*. Armonk: M. E. Sharpe, 2001, pp. 227-245; NABERS, D. – «Culture and collective action: Japan, Germany and the United States after 11 September 2001». In *Cooperation and Conflict*. Vol. 41, N.º 3, 2006, pp. 305-326; NABERS, D. – «Filling the void of meaning: identity construction in U.S. foreign policy after September 11, 2001». In *Foreign Policy Analysis*. Vol. 5, N.º 2, 2009, pp. 191-214; NEUMANN, I. B. – *Russia and the Idea of Europe: A Study in Identity and International Relations*. Londres: Routledge, 1996; e RESENDE, Erica Simone A. – *Americanidade, Puritanismo e Política Externa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- 69** MERLE, M. – «Política externa e relações internacionais». In BRAILLARD, P. – *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 260.
- 70** «Foreign Policy Analysis – FPA», em inglês.
- 71** MORGENTHAU, H. – *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1951.
- 72** SNYDER, R.; BRUCK, H.; SAPIN, B., eds. – *Foreign Policy Decision: Making as an Approach to the Study of International Politics*. Glencoe: Free Press, 1963.
- 73** ALLISON, G. T. – *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Nova York: Longman, 1971.
- 74** HALPERIN, M. – *Bureaucratic Politics and Foreign Policy*. Washington: Brookings, 1974.
- 75** SPROUT, H.; SPROUT, M. – *Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1956; SPROUT, H.; SPROUT, M. – *The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1965.
- 76** ROSENAU, J. N. – «Pre-theories and theories of foreign policy». In FARRELL, R. B., ed. – *Approaches to Comparative and International Politics*. Evanston: Northwestern University Press, 1966, pp. 27-92; ROSENAU, J. N., ed. – *Comparing Foreign Policies: Theories, Findings, and Methods*. Nova York: John Wiley, 1974.
- 77** Para uma visão historiográfica sobre a evolução do estudo da política externa, ver HUDSON, V. M. – *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*. Nova York: Rowman and Littlefield, 2007.
- 78** SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T., eds. – *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Londres: Oxford University Press, 2012, p. 4.
- 79** NABERS, D. – *A Poststructuralist Discourse Theory of Global Politics*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015.
- 80** Para exemplos, ver GADDIS, J. L. – *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security*. Nova York: Oxford University Press, 1982; AMBROSE, S. E.; BRINKLEY, D. G. – *Rise to Globalism: American Foreign Policy since 1938*. Nova York: Penguin, 1997; e MELANSON, R. A. – *American Foreign Policy Since the Vietnam War*. Armonk: ME Sharpe, 2000.
- 81** ALLISON, G. T. – *Essence of Decision...*
- 82** Segundo Nabers, iniciativas como a criação nos Estados Unidos do instituto «International Crisis Behavior Project», em 1975, foi exemplo clássico da orientação dos estudos de política externa durante a Guerra Fria para a gestão de crises políticas. Ver NABERS, D. – *A Poststructuralist Discourse Theory of Global Politics*, p. 19.
- 83** LYNN-DOTY, R. – «Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. counterinsurgency policy in the Philippines». In *International Studies Quarterly*. Vol. 37, 1993, pp. 297-320.
- 84** LITTLE, D. – *Varieties of Social Explanation*. Boulder: Westview, 1991, p. 4.
- 85** MORGENTHAU, H. – *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1978, p. 5.
- 86** MORGENTHAU, H. – *In Defense of the National Interest...*, p. 972.
- 87** SONDERMANN, F. A. – «The concept of national interest». In OLSON, W. C., ed. – *The Theory and Practice of International Relations*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1987, p. 60.
- 88** ROSENBERG, J. – «What's the matter with realism?». In *Review of International Studies*. Vol. 16, N.º 4, 1990, p. 291.
- 89** WELDES, J. – «Constructing national interests». In *European Journal of International Relations*. Vol. 2, N.º 3, 1996, p. 279.
- 90** WENDT, A. – «Anarchy is what states make of it...»; WENDT, A. – *Social Theory of International Politics*.
- 91** WENDT, A. – «Anarchy is what states make of it...», p. 395.
- 92** Para Wendt, se o sistema é dominado por estados que veem anarquia como uma situação de vida, ou morte, uma anarquia «hobbesiana», nas suas próprias palavras, o sistema será caracterizado por uma luta de todos contra todos. Se, ao contrário, a anarquia for vista como uma situação restrita – uma anarquia «lockeanas», então, um sistema mais cooperativo emergirá. Ver WENDT, A. – *Social Theory of International Politics*.
- 93** WENDT, A. – «Anarchy is what states make of it...», p. 398.
- 94** *Ibidem*, p. 401.
- 95** FOUCAULT, M. – *The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language*. Nova York: Pantheon Books, 1972, p. 49.
- 96** Uma crescente literatura na área de RI tem se dedicado a investigar a importância de bens culturais de consumo de massa (*pop culture*) para a construção de discursos sobre o internacional, o externo, o diferente e o estrangeiro. Ver LIP-SCHUTZ, R. – *Cold War Fantasies: Film, Fiction and Foreign Policy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001; WELDES, J., ed. – *To Seek Out New Worlds. Exploring Links between Science Fiction and World Politics*. Nova York: Palgrave, 2003; NEXON, D. H.; NEUMANN, I., eds. – *Harry Potter and International Relations*. Nova York: Rowman & Littlefield, 2006; e KIERSEY, N. C.; NEUMANN, I., eds. – *Battlestar Galactica and International Relations*. Nova York: Routledge, 2013.
- 97** CAMPBELL, D. – «Global inscription: how foreign policy constitutes the United States». In *Alternatives*. Vol. 15, N.º 3, verão de 1990, pp. 263-286; CAMPBELL, D. – *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998; CAMPBELL, D. – *National Deconstruction: Violence, Identity, and Justice in Bosnia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- 98** CAMPBELL, D. – *Writing Security...*, p. 31.
- 99** *Ibidem*, pp. 36-37.

100 *Ibidem*, p. 11.

101 ANDERSON, B. – *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1991.

102 CAMPBELL, D. – *Writing Security...*, p. 61.

103 CAMPBELL, D. – «Global inscription...», p. 271.

104 CONNOLLY, W. E. – *Identity/Difference. Democratic Negotiations of Political Paradox*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

105 BROWN, C. – *Understanding International Relations*. Nova York: Palgrave, 2001, p. 61.

106 CAMPBELL, D. – *National Deconstruction...*

107 CAMPBELL, D. – *Writing Security...*, p. 12.

108 *Ibidem*, p. 61.

109 Para literatura que estabelece a relação entre política externa, outricidade e [re]produção do Estado, ver NEUMANN, I. B. – *Russia and the Idea of*

Europe; REINKE DE BUITRAGO, S., ed. – *Portraying the Other in International Relations: Cases of Othering, Their Dynamics and the Potential for Transformation*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012; e CULLINAME, M. P.; RYAN, D., eds. – *U.S. Foreign Policy and the Other*. Nova York: Berghahn, 2015.

110 CAMPBELL, D. – *Writing Security...*

111 *Ibidem*, p. 11.

112 *Ibidem*, p. 12.